

**TRABALHO ASSALARIADO E RESISTÊNCIA
CAMPONESA NO ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM EM
SELVÍRIA-MS**

**TRABAJO ASALARIADO Y LA RESISTENCIA
CAMPESENA EN EL ASENTAMIENTO SÃO JOAQUIM
EN SELVÍRIA-MS**

Silas Rafael da Fonseca¹
silasfonsaca2@gmail.com

Antonio Thomaz Junior²
thomazjrgeo@terra.com.br

RESUMO:

Entender o trabalho assalariado no Assentamento São Joaquim, como uma forma de resistência e reprodução camponesa, perpassa pelo entendimento das relações de trabalho a que os camponeses estão submetidos e a condição em que essas famílias vivem. Compreendendo que o trabalho assalariado auxilia na reprodução da família no lote, visto que parte dos salários é utilizada para a manutenção da família e outra é revertida em benfeitorias para o lote. Assim, entendemos o trabalho a partir dos estudos de Mészáros, alicerçado nas mediações de primeira e segunda ordem do trabalho. O trabalho desses camponeses não pode ser visto apenas como uma forma de sujeição ao capital, como se trabalhando como assalariado o camponês deixasse de ser camponês, mas sim, que ele vive uma dicotomia, de ser camponês e assalariado em busca de melhorias na condição de vida da família na terra e a manutenção de seu modo de vida.

Palavras chaves: Camponês, Trabalho, Monocultivo de eucalipto, Resistência.

Resumen:

Entendimiento sobre Solución de trabajo asalariado en São Joaquim, como una forma de resistencia campesina y los medios de vida, impregna la comprensión de las relaciones laborales que se presentan a los agricultores y la condición en que viven estas familias. Comprendiendo que el trabajo asalariado ayuda en la reproducción en el terreno de la familia, como parte de los salarios se utiliza para el mantenimiento de la familia y la otra se invierte en mejoras en el lote. Así entendemos el trabajo de los estudios Mészáros, con sede en mediaciones de primer y segundo orden de trabajo. El trabajo de estos agricultores no puede ser visto sólo como una forma de sometimiento al capital, como el campesino que trabaja asalariado dejó de ser un campesino, pero que vive una dicotomía,

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

² Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) /Presidente Prudente. Coordenador do Grupo de Pesquisa "Centro de Estudos de Geografia do Trabalho" (CEGeT)/Laboratório; e do Observatório do Trabalho István Mészáros (OTIM). Pesquisador 1/PQ/CNPq. Endereço: Rua Roberto Simonsen, 305 - Jardim Educacional 19060900 - Pres. Prudente/SP. Telefone: (18) 3229-5852. Email: thomazjrgeo@terra.com.br.

ser campesino y la búsqueda de salarios mejoras en la condición de la vida familiar, en la tierra y mantener su forma de vida.

Palabras clave: campesinos, trabajo, Monocultura de eucalipto, resistência.

INTRODUÇÃO

Atualmente, os movimentos de luta pela terra têm cada vez mais integrantes que viviam ou viveram nas cidades, pessoas que até nasceram na cidade, mas que hoje querem viver na terra, por diferentes motivos: o desemprego nas cidades, a ligação dos pais e avós com a terra, etc. Assim, temos uma geração de trabalhadores rurais que nasceram nas cidades e sonham em ter seu pedaço de chão, pessoas que sempre foram assalariadas, nunca moraram na zona rural, mas que já trabalharam na terra, configurando o que se denomina como “recriação camponesa”. Isso prova que o ser humano se transforma durante o processo em que busca a manutenção de sua família e de seu modo de vida, o que impede de pensarmos camponeses e proletários como sujeitos fixos e inalteráveis, sendo assim sujeitos em constante mutação.

A partir disso, buscamos pensar o trabalho assalariado realizado pelos assentados do Assentamento São Joaquim, como uma forma de resistência. Conhecendo a realidade e as condições que lhes foram impostas pelo Estado, vemos que a resistência de parte das famílias assentadas passa pela inserção de membros da família no trabalho assalariado.

Não pretendemos abordar que o trabalho assalariado é algo inevitável e, igualmente, não estamos sinalizando que a autonomia dos sujeitos sociais passe obrigatoriamente pelo trabalho assalariado. Falamos especificamente do Assentamento São Joaquim, em que o Estado vêm contribuindo para que as famílias não tenham condições de se manter do/no lote, de modo que o trabalho assalariado aparece como uma “alternativa” para permanecer na terra.

Há alguns condicionantes que têm sido determinantes para que os assentados assalariem-se: a falta de investimentos (moradia, energia elétrica e fomento inicial etc.) para que as famílias possam produzir; ausência de licença ambiental para o desmate dos lotes; falta de água para manter as atividades agrícolas e inexistência/ineficiência da assistência técnica. É por isso que o trabalho assalariado tornou-se uma forma de adquirir renda para a família camponesa, na qual, comumente, um membro busca emprego fora do lote, principalmente, junto às empresas de plantio de eucalipto, Eldorado Brasil e Fibria³

³ Empresas que foram instaladas no município com recursos do BNDS.

empresas que estão localizadas no município de Três lagoas Mato Grosso do Sul. Mas que suas áreas de plantio estão em vários municípios da Região Leste de Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, a expansão geográfica do capital, na microrregião de Três Lagoas, via instalação das empresas de papel e celulose, ocorre vinculada à exploração da força de trabalho dos assentados do Assentamento São Joaquim e de outros Assentamentos da região. Esta se mostra como uma vantagem locacional às empresas, uma vez que os assentados possuem baixos custos em termos de remuneração da força de trabalho, além de morarem próximo às áreas de plantio, evitando assim maiores gastos com deslocamento.

RELAÇÕES DE TRABALHO E OS CAMINHOS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA

Primeiramente quando se fala em trabalho/emprego, logo se pensa no assalariamento, na relação capital-trabalho, que é uma condição posta pelo capitalismo na sociedade atual. Entretanto, o trabalho faz parte da natureza do homem, como nos indica Marx, sendo que,

(...) antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo, tempo, sua própria natureza (MARX, 1984, p. 149).

Este trabalho, que nos aponta Marx, está relacionado à própria sobrevivência humana e sua inter-relação com a natureza. Trata-se, portanto, do trabalho enquanto produtor de bens que saciam as necessidades ou valores de uso. Mas, o trabalho que seria natural do homem, se torna, no capitalismo, uma forma de aquisição de riqueza através da extração da mais valia exercida pelo capitalista. Assim, o trabalho, fonte de realização do ser social, se transmuta no capitalismo, em fonte de desrealização, precarização e estranhamento.

O panorama aterrador/devastador que intemperiza a sociedade e o trabalho está afinado à ideologia do desenvolvimento, adjetivada de sustentável, e, neste alvorecer do século XXI, reforça sua tinta no aumento intenso da pobreza no mundo ou do empobrecimento de trabalhadores, inclusive empregados. Porém, reforçado nos grillhões de desempregados e descartados do mercado de trabalho, da mesma maneira que a extremada destruição da natureza, dos ecossistemas se intensifica, sob o escopo de ações sustentáveis. O que significa dizer que sob o capitalismo o trabalho como atividade vital se configura como trabalho estranhado, expressão designativa de uma relação social encimada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Poderíamos afirmar que o trabalho como categoria ontológica do ser social continua a ser a base fundante de toda forma histórica. Ele é o pressuposto negado do trabalho estranhado e do trabalho capitalista como espécie histórica particular-concreta de trabalho estranhado. (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 2).

Assim, buscamos compreender as marcas territoriais do trabalho para os assentados do Assentamento São Joaquim, onde claramente estão presentes dois territórios que se opõem, quais sejam: o território da reprodução camponesa e o território do agronegócio monocultor de eucalipto. Trata-se, portanto, da materialidade das relações sociais expressas em diferentes formas territoriais. Assim, como afirma Thomaz Júnior (2009, p.55):

(...) é por esse caminho que nos propomos entender o significado das localizações, isto é, por dentro do metabolismo do capital que afeta e divide a vida dentro e fora do trabalho, tanto no ambiente da produção (do trabalho), quanto da reprodução (da morada, do convívio social), influenciando decisivamente a práxis social dos trabalhadores, marcada historicamente pela fragmentação e estranhamento do trabalho da totalidade social.

Pensando nos efeitos do metabolismo do capital para os sujeitos que trabalham, Mészáros (2002) apresenta duas formas de mediação do trabalho: são as mediações de primeira ordem e as de segunda ordem, sendo que as de primeira ordem se relacionam com o trabalho como algo pertencente ao ser humano, independente da forma de organização social. Já as mediações de segunda ordem estão ligadas ao trabalho no capitalismo, que aliena, subordina e precariza o ser humano. Como assevera Thomaz Júnior (2011):

A coesão desse sistema do capital, como afirma Mészáros (2002) é, portanto, um sistema sociometabólico que subverte, historicamente, os valores de uso (a produção livre da natureza em si) em valor de troca. Isto é, à capacidade natural do homem se relacionar com a natureza, pelo

trabalho, para a produção da riqueza humano-social, que o autor denomina “mediações de primeira ordem”, se sobrepõem os objetivos da acumulação e reprodução do capital, expedientes fundamentados no processo de alienação e estranhamento dos homens, compreendidas como “mediações de segunda ordem”. Isso nos mostra que as “mediações de segunda ordem”, momento em que o capital subtrai do homem seu trabalho, retiram-lhe as mediações que estabelece com os outros homens e, por conseguinte, desconfiguram sua condição genérica de homem, de ser social, assegurada pelo trabalho (THOMAZ JÚNIOR, p.14, 2011)

Com isso, podemos pensar como se dá a relação de trabalho dos camponeses assentados no Assentamento São Joaquim. Sugerimos que, através da realização do trabalho no lote, se constrói uma relação de trabalho de primeira ordem, na qual o assentado tem o controle do processo produtivo e se reconhece como trabalhador no seu trabalho. No entanto, isso não ocorre quando ele se torna assalariado e vende sua força de trabalho às empresas de manutenção e plantio de eucalipto, nas quais a precarização e subordinação está diretamente ligada ao trabalhador e à realização do trabalho. Desse modo, este sujeito passa por relações de segunda ordem quando está trabalhando como assalariado e, quando retorna ao Assentamento e vai trabalhar em seu lote, ele se vê em uma relação de primeira ordem.

De tal modo, é válida a referência a Mézáros (2002) quando discute as mediações de primeira e segunda ordem, com destaque aos elementos que compõem as mediações de primeira ordem. Em nosso entendimento, isto exemplifica as diferenças do trabalho no Assentamento e do trabalho no monocultivo de eucalipto, do qual estamos tratando.

Para indicar muito brevemente a diferença fundamental entre as medições sempre inevitáveis de *primeira ordem* e as específicas do capital de *segunda ordem*, deve-se se ter mente que *nenhuma* das necessidades mediadoras de primeira ordem entre os seres humanos e a natureza prescreve as óbvias *relações de classe de dominação e subordinação* inseparáveis das mediações de segunda ordem do capital, ao contrário das deturpações teóricas concebidas a partir da perspectiva auto-serviente do capital [...]. As mediações primárias entre a humanidade e a natureza, necessárias para a própria vida social, podem ser resumidas como se segue.

- 1) a regulação necessária, mais ou menos espontânea, da atividade reprodutiva *biológica* e a dimensão da população sustentável, em conjunção com os recursos disponíveis;
- 2) a regulação do *processo de trabalho* através do qual o intercâmbio necessário da comunidade dada com a natureza pode produzir os bens demandados para a satisfação humana, bem como os instrumentos de trabalho, empreendimentos produtivos e conhecimento por meios dos quais o próprio processo reprodutivo pode ser mantido e aprimorado;

- 3) o estabelecimento de *relações de troca adequadas* sob as quais as necessidades historicamente mutáveis dos seres humanos podem ser conjugadas com o propósito de otimizar os recursos naturais e produtivos – inclusive os culturalmente produtivos – disponíveis;
- 4) a organização, a *coordenação* e o controle da *multiplicidade de atividades* através das quais as necessidades materiais e culturais do processo de reprodução sociometabólica bem-sucedido das comunidades humanas progressivamente mais complexas podem se assegurar e salvaguardar.
- 5) a *alocação racional* dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra a tirania da escassez através da utilização econômica (no sentido de *economizar*) dos modos e meios dados de reprodução da sociedade;
- 6) a *promulgação* e administração de *regras e regulamentações* da sociedade dada *como um todo*, em conjunção com as outras determinações e funções mediadoras primárias (MÉSZÁROS, 2007, p. 40) (grifos do autor)

O sujeito que em um período do dia trabalha como assalariado e, em outro, trabalha no lote, tem uma dupla jornada de trabalho. Mais do que isso, ele possui inserções opostas enquanto trabalhador, que o coloca nas duas mediações, de primeira e de segunda ordem.

Com isso, temos o desafio de entender os significados e desdobramentos dessa dupla inserção para os camponeses, ou seja, os sentidos do trabalho no lote, combinados com os efeitos da ordem sociometabólica do capital. O camponês vive, portanto, as duas relações ao mesmo tempo, pois tem seu tempo de trabalho controlado pelo capital (sem o domínio do processo de produção e sem reconhecer-se nesse trabalho - estranhamento). Mas, quando chega ao lote, mesmo que nas horas que o capital lhe determina como horas de descanso, o camponês tem total controle e identificação com o trabalho que realiza.

As idas e vindas, remanejamentos e mudanças de habilitações laborativas, conseqüentemente, de profissões, categorias sindicais, de espaços de sociabilidade, de mudanças no perfil identitário, na subjetividade, nos territórios do trabalho, enfim, essa plasticidade constantemente refeita, tem influenciado diretamente a materialização das diferentes expressões do trabalho, no tempo e no espaço (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.205).

Isto aponta para a plasticidade do trabalho, de modo que o camponês pode, no mesmo dia, ser proletário e camponês, e estar inserido em diferentes territórios – do agronegócio e da reprodução camponesa. Aqui, não é nosso objetivo discutir se esse camponês está se tornando proletário ou está deixando de ser camponês.

Nossa proposta é mostrar que em situações de dificuldade, tais camponeses podem se assalariar para garantir a manutenção da família e seu modo de vida na terra.

Durante as visitas no assentamento, vimos que o assalariamento se tornou uma forma das famílias conseguirem se manter e poder investir dentro do lote.

Em consonância com Thomaz Júnior (2013, p. 02-03), sinalizamos que a compreensão teórica do que se passa com os assentados empregados no monocultivo de eucalipto perpassa pelo entendimento da dinâmica geográfica do trabalho, ou das contradições que refazem constantemente o processo TDR – territorialização, desterritorialização, reterritorialização – do fenômeno do trabalho ou, mais propriamente, o conteúdo da luta de classes nos lugares.

De tal modo, é importante ressaltar que o trabalho assalariado não faz com que o indivíduo assentado deixe de ser camponês. Nesse sentido, é pertinente a reflexão do autor.

Assim, não se estaria diante da classificação direta ou subentendida de subproletários ou de classe subordinada à classe operária, mas sim de uma classe ou segmento (a depender da situação), dissociado da complexa trama intensa em países como o Brasil, que vive a duplicidade de ser camponês e de exercer outras atividades laborativas, bem como em alguns momentos utilizar trabalhadores assalariados, sendo, pois, essa condição para manter sua realidade/identidade camponesa (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p. 154).

Para compreendermos melhor o camponês, é necessário que se entenda que, em alguns momentos, ele recorre ao trabalho assalariado para garantir o sustento de sua família, e que tentar classificá-lo apenas como proletário ou camponês esvazia a discussão, fazendo com que não se perceba, por exemplo, a real situação na qual essas famílias se encontram no Assentamento São Joaquim. Como nos mostra Thomaz Júnior (2006), é preciso pensar esses camponeses como “uma classe ou segmento (a depender da situação)” que, para manter sua identidade camponesa, passa a trabalhar nas plantações de eucalipto.

Assim, o trabalho camponês/assalariado não significa que esse sujeito não será mais camponês, ou que esteja perdendo seu modo de vida, mas que, com o trabalho assalariado, o camponês consegue manter seu modo de vida.

Enxergar o camponês, no Brasil, significa não somente entendê-lo como *par siamês* da franja social que *engorda*, que se amplia com a intensificação da precarização, como alardeado pela grande imprensa e os *intelectuais de plantão*. Significa compreender que há uma crescente fluidez de mundos e de relações no universo do trabalho e que, além de ganhar em quantidade com a complexificação e com a heteroginização do trabalho, especialmente por meio da consolidação das hordas de desempregados, marca também posições políticas afinadas historicamente com o campesinato, particularmente com a postura anticapital e a negação à

ruptura dos valores culturais da *campesinidade* (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p.226). (Grifos do autor)

Portanto, dadas as reais condições econômicas e sociais dos assentados, estes transitam entre duas instâncias – o trabalho assalariado e o campesinato – que não se anulam, mas se completam na perspectiva da sobrevivência do ser humano. Nesse sentido, os assentados ocupam um entre-lugar – até porque a identidade das pessoas, na modernidade, é fraturada, híbrida, e não fechada e homogênea – e, a despeito dos valores e subjetividades das pessoas serem constantemente atacados pelo capitalismo, eles preservam, sobretudo, sua identidade camponesa, que se renova e se reatualiza no vínculo com a terra. Isto significa, que não cabe classificar a situação de trabalho dos assentados no Assentamento São Joaquim, visto serem camponeses e também proletários, já que trabalham no lote, mas também assalariados nas empresas de monocultivo de eucalipto.

Thomaz Júnior (2009) ainda nos ajuda a pensar como é esse camponês e como são as relações que o mesmo exerce no universo do trabalho com a complexificação e heteroginização do trabalho. Como vemos, o movimento de luta pela terra tem uma relação quase que direta com o desemprego nas cidades, o que faz com que famílias optem por se organizar em movimentos sociais, indicando como a busca pelo acesso à terra se mostra como uma ruptura com as relações capitalistas e com o modo de organização social desse sistema.

É imprescindível, diante desse rico processo de redefinições e de mudanças de papéis e de expressões sociais, entendermos os conteúdos espaciais, os nexos e os significados territoriais da luta de classes, os quais se materializam rompendo as fronteiras cidade↔campo, nesses estágios diferenciados da existência do trabalho: camponês↔operário/proletário/informal↔camponês, operário/proletário/informal↔camponês↔operário/proletário/informal. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 226-227).

Pensar o camponês ou o proletariado como seres puros e que não se misturam, não se relacionam e que, em muitas vezes, são o mesmo sujeito, seria limitar as pesquisas que evoluem os dois temas, já que esses dois sujeitos fazem parte de uma classe que vive do seu trabalho (seja em suas dimensões concreta ou abstrata), mas que podem coexistir no mesmo sujeito. Ora sendo camponês e depois se proletarizando, ora sendo proletário e, em outro momento, sendo camponês. Esta alternância é evidente no caso dos assentados que trabalham nas empresas de monocultivo de eucalipto no Assentamento São Joaquim, que

são camponeses e assalariados. E isso não faz com que eles percam a identidade, nas condições postas aos assentados o trabalho assalariado representa uma forma de reprodução camponesa.

O trabalho assalariado como forma de permanência/resistência

Observamos que para grande parte das famílias assentadas no Assentamento São Joaquim, o trabalho fora do lote se torna uma necessidade para a própria manutenção dentro do Assentamento. No Assentamento é comum encontrar apenas o homem ou a mulher trabalhando no lote, já que, normalmente, um deles trabalha como assalariado, diarista ou por empreita para garantir o sustento da família e a sua permanência na terra. Deste modo, entendemos que os camponeses do Assentamento São Joaquim encontraram no trabalho assalariado, e sobretudo no plantio de eucalipto, uma forma de permanência/resistência no Assentamento.

A relação de trabalho camponês/assalariado e a permanência no lote parece fácil de ser percebida, mas sinalizamos que essa condição representa resistência, já que as famílias, quando conseguem, através do trabalho assalariado, melhor condição dentro do lote, param de trabalhar nas empresas e voltam a se dedicar exclusivamente ao trabalho dentro do lote.

Com isso, as empresas terceirizadas que plantam e fazem a manutenção das áreas de eucalipto se beneficiam da precariedade financeira das famílias, submetendo-as à mão de obra barata. Além disso, se beneficiam substancialmente pela localização do Assentamento, que se encontra na área *core* do empreendimento, em uma região onde nos últimos anos há uma crescente expansão das áreas de eucalipto sobre as fazendas de gado, cujos donos arrendam ou vendem suas terras às indústrias monocultoras de eucalipto. Dessa forma, as empresas reduzem seus custos de transporte e hora itinerário, pela proximidade assentamento-áreas de plantio. Por serem os únicos empregadores, as empresas têm controle sobre os salários pagos e sobre o número de famílias assentadas no município de Selvíria (637 no total), o que representa, em face das dificuldades dos assentados viverem exclusivamente da produção no lote, disponibilidade de mão de obra de reserva.

Assim, as empresas terceirizadas que atuam no plantio de eucalipto têm facilidade para contratar os assentados, que são recrutados para funções como vigias, tratoristas,

motoristas, combatentes de incêndio e para a manutenção e plantio de eucalipto, sendo essa última a função que mais emprega trabalhadores dentro do assentamento.

As empresas estipulam metas que devem ser cumpridas: durante um dia de trabalho, deve-se plantar oito caixas que, em média, contêm trezentas mudas. Entretanto, os trabalhadores relatam que, frequentemente, as caixas contêm mais mudas, chegando a cerca de quatrocentas. Em um dia de trabalho, os empregados plantam uma média de três mil mudas: “já vi caixa com trezentos e setenta a quatrocentas mudas” (Entrevista 12). Constatamos nas entrevistas com os trabalhadores assentados, que a empresa aumentou o número de mudas por caixa para, dessa forma, fazer com que a produção/plantio dos trabalhadores também aumentasse.

O plantio de eucalipto é um trabalho extremamente repetitivo, e por ser regulado por produção/meta, faz com que os trabalhadores se esforcem ao máximo para terminar o mais rápido possível e assim poderem descansar no ônibus, enquanto esperam o restante dos trabalhadores também finalizarem suas metas de produção.

O que no discurso do capital parece bom para os trabalhadores, nada mais é que um incentivo para estes trabalharem o mais rápido possível, já que a empresa terceirizada ganha por área plantada. O depoimento colhido nos ajuda a entender por que os trabalhadores tentam plantar a maior quantidade possível no menor tempo. Um jovem de 18 anos, filho do entrevistado, diz:

O sol é muito quente, então a gente planta o mais rápido possível para que a tarde, quando o sol estiver bravo, a gente “pode” descansar no ônibus. Mas tem gente que não consegue e fica a tarde toda plantando. Se todo mundo terminar as três, a gente volta as três, senão espera dar o horário (Entrevista 12 - informações de caderno de campo).

O município de Selvíria está em uma região em que se registram altas temperaturas, de modo que produzir de manhã significa evitar o trabalho no sol forte da tarde e plantar rápido representa a possibilidade de descansar e antecipar a volta para o Assentamento. Isso faz com que os assentados trabalhem de forma intensa e com movimentos contínuos que causam cansaço e dores musculares no final do dia de trabalho.

Há um número significativo de mulheres trabalhando nos plantios: “lá tem mulher fraquinha, tem muita mulher que planta também, entendeu? Que não consegue plantar as “oito caixa”, aí tem que ficar até as 4 [16:00 horas], tem que cumprir todo o horário.” (Entrevista 5). Assim, as pessoas que não conseguem plantar as oito caixas rapidamente, precisam trabalhar até às 16 horas – horário que termina o turno de trabalho

– ficando muito mais tempo expostas ao sol forte. Há muita dificuldade no trabalho do plantio de eucalipto, sendo comum que os trabalhadores, sobretudo as mulheres, não fechem a meta durante o dia, como nos demonstra esse assentado. Nas declarações dos entrevistados revelou-se que não há um processo de demissão das pessoas que não conseguem cumprir sua meta.

Outro ponto interessante foi visto na entrevista 5. Trata-se de um assentado que trabalhou no plantio de eucalipto e, quando perguntado sobre o porquê de ele ter saído da empresa, respondeu o seguinte:

Eu que enjoiei, sabe, eu enjoiei mas tem gente lá que gosta desse serviço (...). Hoje se for pra você trabalhar de empregado você tem que cumprir horário. Eu enjoiei, às vezes me dava fome 8 horas, eu não podia parar pra almoçar, tinha que cumprir horário. Outra coisa que me irrita é que eu não como carne de galinha; tem 40 anos que não como carne de galinha. E lá, vai duas vezes carne de galinha. E nós “paga” a mixaria de 42 reais (Entrevista 5).

Portanto, existe controle sobre o horário do almoço. Dessa forma, mesmo se o trabalhador estiver com fome, só pode almoçar no horário estipulado, estando o trabalhador com ou sem fome. Outra questão é o fato da empresa não respeitar a diferença das necessidades alimentares dos funcionários. É o caso do entrevistado 5, que não se alimenta de carne de frango e, mesmo assim, duas vezes por semana, tinha frango servido em seu almoço, o que fez com que ele se desmotivasse a trabalhar na empresa e pedisse demissão.

O capital tem seu tempo controlado pelo relógio; os trabalhadores devem cumprir as atividades segundo essa ordem, com hora para chegar, hora para se alimentar, hora para descansar e com metas de quanto produzir por hora. Já o camponês, tem outra relação com o tempo, pois o tempo é marcado pelas suas necessidades. Assim, ele pode parar sua atividade e realizá-la no momento que ele achar mais conveniente. Sua relação é muito mais ligada ao dia e à noite do que pelas horas. Cândido (1982) ajuda a compreender essa relação.

O ritmo de sua vida é determinado pelo dia, que delimita a alternativa de esforço e repouso; pela semana, medida pela “revolução da lua”, que suspende a faina por vinte e quatro horas, regula a ocorrência de festa e o contato com as povoações; pelo ano, que contém a evolução das sementes e das plantas. (CÂNDIDO, 1982, p.123).

A relação do camponês com o tempo se estrutura muito mais na relação que ele tem com a natureza do que com o relógio. O camponês se preocupa com as fases da lua para o plantio e as datas festivas que se tornam momentos de encontro. Assim, quando vão trabalhar como assalariados, têm dificuldade em assimilar as regras em relação ao tempo marcado pelo relógio, que não lhes permite, por exemplo, comer quando se tem fome.

Diferentemente de um trabalhador urbano, que não dispõe dos meios de produção, o camponês – mesmo com todas as dificuldades existentes no caso do Assentamento São Joaquim – possui a terra. Assim, no caso dos camponeses assentados que trabalham no plantio de eucalipto, existe a opção de deixar o trabalho assalariado quando não aceitarem o que o empregador lhes estipula. O camponês, mesmo sem o salário, tem a possibilidade de trabalhar no lote, permanecer na terra e conseguir tirar parte do sustento da família sem o trabalho assalariado.

Na análise empreendida acerca do discurso dos referidos camponeses, a terra é percebida enquanto um patrimônio de onde se retira o fruto do trabalho, que garante o sustento da família e das próximas gerações. O trabalho, por sua vez, se constitui na integração da força (de trabalho) familiar, elemento que garante a alimentação de todos os integrantes da família, que é entendida, além de uma unidade de produção, também como núcleo que dá base para uma organicidade social camponesa, elemento estruturante, socializador de seus integrantes. (WOORTMANN, 1990, P. 37).

Os assentados são convidados/aliciados a trabalharem na empresa por um assentado que é funcionário da empresa e visita-os, deixando-lhes as fichas de cadastro. Quando a empresa precisa de mão de obra, ela solicita que os assentados se dirijam ao local da entrevista. Assim que é feita a entrevista, e no caso de serem considerados aptos para o trabalho, os assentados fazem os exames médicos necessários e começam a trabalhar (Entrevista 12).

A empresa vem e escolhe uma pessoa aqui de dentro, faz uma reunião e escolhe uma pessoa pra pegar o nome de quem quer trabalhar [...]; Aí eles marcam um dia pra pegar a documentação ou coloca [os assentados] no ônibus e leva até o escritório. Lá, a pessoa ajeita os documentos, pega os EPIs e uniformes. Daí, já sai pro campo [para] trabalhar. Contratam pessoas da cidade e dos assentamentos. Têm três assentamentos aqui e tem bastante gente que trabalha na JS e na Eldorado. Eles só não ficham [registram] acima do 60 anos e aposentados. (Entrevista 12).

Portanto, os assentados acima de sessenta anos não são contratados pela empresa, por serem considerados inaptos fisicamente para o trabalho. Vemos que há um assentado, que também é funcionário da empresa, que trabalha como responsável para fazer o recrutamento de trabalhadores no assentamento. Por ser assentado (esse sujeito pode ser conhecido como “gato”⁴, que é responsável por agenciar os trabalhadores), esta pessoa escolhida conhece as famílias, facilitando o processo de contratação

O capital usa dessas pessoas (“gatos”) não somente no Assentamento São Joaquim, mas, por exemplo, na migração para o trabalho temporário em grandes obras. Nestas, é comum encontrar um morador da comunidade de origem dos trabalhadores que foi recrutado pela empresa para encontrar pessoas dispostas a migrar em busca do trabalho. Logicamente, isso se dá no caso do Assentamento São Joaquim em uma escala menor. Entretanto, mantendo uma certa similaridade, a figura do “gato” está presente nas duas condições.

Cabe destacar que os assentados do Assentamento São Joaquim trabalham em duas empresas terceirizadas de plantio de eucalipto, contratadas pela proprietária Eldorado Brasil. A Eldorado Brasil, que é proprietária da empresa de celulose e papel com o mesmo nome, há cerca de dois anos, terceiriza o plantio da maioria das novas áreas para a empresa JS Florestal⁵, bem como a manutenção das áreas para a empresa Plantar. Isto demonstra as diferenças entre o trabalho direto – Eldorado Brasil – e o trabalho terceirizado – JS Florestal – dos assentados que trabalham no plantio de eucalipto. (Quadro 5).

⁴ Agenciador e serviço; aquele que vai em busca mãe-de-obra em diferentes lugares do país, para trabalhar em empreendimentos e fazendas, normalmente são pessoas na própria comunidade.

⁵ Durante a última visita realizada ao Assentamento São Joaquim (de 13 a 17/12/2013), foi relatado pelos assentados e pela própria empresa JS Florestal, que houve demissão de todos os assentados, já que a empresa Eldorado Brasil pretende encerrar o contrato com a terceirizada. Assim, os assentados demitidos pela JS Florestal estão sendo contratados pela empresa Eldorado Brasil novamente. Outra empresa de plantio também vem contratando atualmente: é a empresa Mata, com sede no município de Inocência-MS.

Quadro 5 – Diferença do Contrato de Trabalho - Eldorado Brasil e JS Florestal

	Eldorado Brasil ⁶	JS florestal ⁷
Quantidade de mudas plantadas	1.760	2.400
Plano de saúde	Familiar	Individual
Vale alimentação	R\$60,00	R\$35,00
Hora itinerário máxima paga	2 horas	2 horas
Bônus por não faltar	R\$100,00	R\$300,00
Salários	R\$562,00	R\$665,00
Salários mais bonificação e descontados impostos	R\$710,00	R\$1.337,00

Fonte: Trabalho de Campo, 2013

Há diferenças e similaridades entre as duas contratantes. Nota-se que na empresa Eldorado Brasil, a rotina de trabalho é menos intensa e que os trabalhadores tinham direito à plano de saúde para todos os membros da família, além do vale alimentação, no valor de R\$ 60,00. Já na empresa terceirizada, a rotina de trabalho é mais pesada pela quantidade de mudas plantadas – 2400 por dia. Mas, como observamos, há relatos de trabalhadores que dizem que a grande maioria das caixas vêm com um número maior de mudas, tendo casos em que as caixas possuem cerca de 370 a 400 mudas. Conseqüentemente, isso faz com que os trabalhadores plantem um número muito superior ao longo do dia, visto que a produção é baseada no número de caixas.

Sobre a intensidade em que o trabalho é realizado, enfatizamos a entrevista 19.

Hoje eu não trabalho mais lá e nem trabalhei na JS, só na Eldorado. Mas meu filho disse que eu não daria conta de trabalhar na JS. Meu filho é novo, disse que os mais velhos tão saindo “tudo”, e falou para mim que eu não ia conseguir. Na JS ganha mais que a Eldorado, mas trabalha bem mais também. Do que adianta ganhar mais e se ralar de tanto trabalhar? (Entrevista 19).

⁶ A data de referência no holerite é março de 2011. É também nesse ano que a empresa dispensa seus funcionários.

⁷ A data de referência do holerite é outubro de 2012. Final de 2011 e início de 2012 é quando a JS começa a contratar no assentamento.

Observamos que a empresa terceirizada paga maior salário, mas também torna o trabalho ainda mais penoso e repetitivo, principalmente pelo excesso de mudas nas caixas. De acordo com relatos dos trabalhadores, a empresa JS Florestal tem sua sede no Maranhão e se utiliza do trabalho de migrantes, que são mobilizados em diferentes Estados. A empresa chegou a ter 800 trabalhadores migrantes alojados no município, a maioria proveniente do estado do Maranhão⁸.

As empresas não utilizam apenas os assentados para o plantio de eucalipto, já que, além disso, eles são responsáveis pela irrigação e pelo transporte de mudas, e também passam por um treinamento realizado pelo corpo de bombeiros para controlar incêndios. Sempre quando alguma área de eucalipto pega fogo, os trabalhadores são deslocados das áreas de plantio para combater focos de incêndio.

Outro ponto a se destacar são as horas itinerárias: as empresas pagam apenas 1 hora de ida e 1 hora de volta. No entanto, como as áreas de plantio vão ficando cada vez mais distantes do Assentamento, esse tempo é superado em muitas horas, de modo que os assentados relatam a existência de áreas de plantio que ficam a 4 horas do assentamento.

A gente só sai pelos canos com essa hora itinerário, porque era “tudo” serviço longe. O serviço que a gente estava plantando era “tudo” longe. Tinha lugar que a gente gastava 4 horas, 5 horas de viagem e só pagava uma hora de ida e uma hora de volta, não pagava mais, só isso. Eu tenho meu holerite aí, se quiser, te mostro (Entrevista 5).

O assentado confirma que apenas duas horas de transporte são pagas pela empresa, o que é ilegal perante as leis trabalhistas, pois faz com que os assentados passem mais tempo em deslocamento do que trabalhando. Nessa perspectiva, é provável que quando as áreas de plantio de eucalipto ficarem mais distantes, a empresa não considere mais viável transportar o trabalhador até as novas áreas, desistindo de contratar as famílias assentadas.

Constatamos que as empresas têm um alojamento para manter os trabalhadores que plantam em áreas mais distantes, os quais ficam “acampados” ou alojados já no local de trabalho. Quando isso ocorre, os trabalhadores passam quatro dias trabalhando no alojamento e quatro dias descansando. Embora isso não seja recorrente, quando necessário, a empresa se utiliza desse mecanismo para reduzir o custo de transporte.

Acreditamos que esse processo vai se intensificar pelas distâncias cada vez mais longas às novas frentes de plantio, até alcançar um ponto em que essa mão de obra possa

⁸ Informações coletadas no caderno de campo, junto ao Secretário de Agricultura do município de Selvíria.

ser descartada pela empresa, por encontrar pessoas mais próximas dispostas a trabalhar no plantio e manutenção do eucalipto. Não podemos prever em quanto tempo isso vai acontecer, até porque ainda há grandes extensões de terra para onde o eucalipto pode se expandir, inclusive no município de Selvíria.

Por isso é importante e urgente, no caso do Assentamento São Joaquim, que os órgãos governamentais cumpram seu papel com os assentados, contribuindo para que essas famílias possam produzir e comercializar seus produtos de forma a não continuar dependendo totalmente do trabalho assalariado para a manutenção de suas famílias na terra.

Somam-se aos trabalhadores do plantio de eucalipto, motoristas, tratoristas e uma equipe de combate a incêndios. Tais equipes ainda são contratadas pela Eldorado Brasil. Esses trabalhadores estão vinculados à etapa de manutenção das áreas de eucalipto, o que permite que seus empregos ofereçam maior estabilidade.

Essas funções ligadas à manutenção são realizadas pela Plantar, empresa que contrata um número bem menor de funcionários e que tem como função a manutenção nas áreas onde já estão plantadas as mudas de eucalipto: controle de formigas, replantio de mudas que não nasceram e irrigação de áreas em período de seca. Assim, há equipes definitivas que cuidam de cada área. Os assentados que trabalham neste emprego permanecem, em sua maioria, nas proximidades do assentamento. A empresa Plantar também contrata vigias que passam as noites cuidando das máquinas nas áreas onde se realiza o trabalho.

Um dos encargos que a Eldorado Brasil ainda não abriu mão, é o de combate à incêndios. São os próprios trabalhadores vinculados à empresa - como motoristas de caminhões pipas que ficam nas áreas de eucalipto acompanhando o plantio e colheita – que realizam esta tarefa. Isso é justificado porque, durante o abastecimento de máquinas, aumenta-se o risco de incêndio. Eles ficam localizados estrategicamente em hortos da região, em prontidão para combater qualquer foco de incêndio, tanto nas áreas de eucalipto, como em áreas próximas que apresentem risco às plantações. Os trabalhadores responsáveis pelo combate a incêndios dispõem de rádio transmissor, permitindo serem contatados pela torres de observação. Estas torres ficam em áreas estratégicas, onde se concentram grande número de hortos ou hortos com grande extensão de área plantada.

Na verdade eu não tenho um horário certo de serviço, “pareceu” um foco, eu desloco para combater. Já aconteceu de eu sair “de” um dia e voltar só no outro dia à tarde; como aconteceu de eu sair e depois de duas horas eu estar de volta. Eu não tenho uma rotina certa de sair. Eu sei que estou saindo de casa agora, a hora que eu vou voltar eu não sei.

Quando ocorre um incêndio, o primeiro que vê é a torre de observação. Aí passa para o monitor, que desloca de moto até o local e vê a intensidade do fogo. Aí desloca o caminhão, aí vem a equipe de solo que sai de todos os hortos e vai até o local. A equipe é formada por colaboradores, todo mundo. Tanto terceirizados quanto da empresa, todos são treinados pelo bombeiro (Entrevista 13).

A rotina dos funcionários que estão ligados ao combate a incêndio não é bem definida, já que funciona sempre quando houver incêndios. O entrevistado 13 nos disse que além das pessoas que são contratadas para essa função, os funcionários do plantio também são utilizados pela empresa para ajudar durante a ocorrência de um foco de incêndio. O entrevistado questiona quanto ao pagamento das horas: quando o horário de trabalho é superado, ele explica que são pagas todas as horas extras, caso seja num período em que há maior possibilidade de incêndios; quando não, as horas extras são revertidas em bancos de hora.

A empresa revela atenção especial para com a função de combate a incêndios, treinando todos os funcionários para lidar com uma situação como esta na plantação de eucalipto. Vale ressaltar que, na região Leste do Estado, há um período de seis meses de intensa chuva e outro com estiagem muito demarcada, época em que há um maior risco de incêndios nas áreas de monocultivo de eucalipto. Visto que os incêndios podem causar grandes prejuízos às empresas de papel e celulose, por esse motivo, as empresas sempre ajudam na extinção de focos na proximidade de suas áreas, tanto nos assentamentos, quanto nas fazendas da região.

Como vemos, há um grande número de funções que são exercidas pelos assentados, que são contratados por três empresas diferentes: Eldorado Brasil, Plantar e JS Florestal. Cabe destacar que o trabalho nas empresas de monocultivo de eucalipto, não é, no assentamento, a única forma de trabalho dos assentados. Eles trabalham na escola do Assentamento com carteira assinada, nas fazendas (por diária), para vizinhos, em atividades agrícolas, e como pedreiros, carpinteiros e mecânicos. Podemos também encontrar pequenos comércios, como bares, que vendem desde bebidas e alimentos, até combustível. De diversas formas, as famílias vão buscando uma maneira de conseguir melhorar a sua vida dentro do assentamento, as quais são consideradas como formas de resistir e buscar autonomia.

Várias famílias afirmam que se o trabalho assalariado não existisse, elas não teriam como se manter no assentamento: “um ponto positivo é que essas empresas que “tão”

vindo pra cá estão dando emprego para o pessoal da região, senão afugentaria todo esse pessoal [assentados]” (Entrevista 22).

Esse processo nos preocupa, principalmente, pela dependência das famílias a essas empresas, já que precisam trabalhar fora do lote, onde há uma desarticulação ou distanciamento das lutas conjuntas/coletivas dentro do assentamento. É preocupante, sobretudo quando se trata justamente dos rebatimentos do monocultivo do eucalipto dentro do assentamento. Exemplo disso são os problemas ambientais que as plantações vêm causando no assentamento, que vão desde os ataques de animais silvestres nas plantações, até o desaparecimento de nascentes d’água⁹.

Pela falta de políticas públicas, as famílias que não têm uma renda externa – como, por exemplo, aposentadorias, heranças, venda de um imóvel, entre outros – têm muitas dificuldades para poder investir nos lotes e se manter na terra. Sem tais rendas e sem o apoio do Estado, as famílias passam por dificuldades e acabam dependendo do trabalho assalariado para permanecer/resistir no lote.

O campesinato, historicamente, vem se adaptando e lutando para conseguir permanecer na terra, como demonstram as diferentes formas que os camponeses encontraram para resistir, desde as lutas armadas, manifestações e ocupações até as migrações. O trabalho assalariado, atualmente, no Assentamento São Joaquim, é uma das únicas alternativas encontradas pelas famílias para poderem resistir dentro dos lotes, garantirem o seu sustento e auxiliarem na busca da autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendo que não se pode considerar esse trabalho apenas como uma forma de sujeição, e nem justificar que a Reforma Agrária não é viável, até porque, como nos indica Thomaz Júnior (2003), a política de implantação de assentamentos que existe no Brasil é antes uma política compensatória do que uma Reforma Agrária enquanto emancipação social. Ao contrário, entendemos que isso pode mostrar que, mesmo diante de toda a dificuldade, as famílias continuam lutando para permanecer na terra.

A compreensão do trabalho assalariado dos camponeses passou pela realização de saídas de campo, buscando-se compreender o que levou essas famílias assentadas da Reforma Agrária a se tornarem trabalhadores assalariados. Com as entrevistas e as visitas às

⁹ Relatado com muita frequência pelas famílias entrevistadas.

famílias camponesas, vemos que muitos foram os motivos que as levaram a se assalariar, como a falta de investimentos do Estado (habitação, luz, transporte, saúde e fomentos), a baixa fertilidade do solo e a não autorização para realizar o desmate no lote. Com isso, as famílias não podem produzir ou a produção é insignificante para viver somente do/no lote, fazendo-as passar por dificuldades financeiras que as obrigam a buscar renda fora do lote. Esse trabalho externo é uma oportunidade de conseguir permanecer na terra e suprir suas necessidades, diante das dificuldades para se produzir dentro dos lotes.

Nota-se que, no caso das famílias entrevistadas, há sempre um membro da família que permanece trabalhando no lote para manter as atividades, como cuidar do quintal, da lavoura e dos animais. Muitos dos camponeses e camponesas que trabalham como assalariados, depois de chegar do trabalho e durante as folgas, ajudam nas atividades do lote, tendo uma dupla jornada de trabalho.

Essas relações com o trabalho assalariado não fazem dos assentados proletários, mas reforçam essa duplicidade de “se camponês se operário”, como nos mostra Thomaz Júnior (2006).

Concluimos que as famílias que já lutaram para conseguir a terra, hoje lutam para poderem permanecer nela com diferentes estratégias, mas sempre com o objetivo de conseguir produzir no lote e dar uma melhor qualidade de vida à sua família.

Entendemos que, paradoxalmente, o trabalho nas empresas de monocultivo de eucalipto (Eldorado Brasil e JS Florestal), representa uma estratégia para os camponeses assentados no Assentamento São Joaquim permanecerem na terra, de modo que, tão logo seja possível realizar algumas melhorias no lote que possibilitem a produção e propiciem melhores condições na moradia, esses camponeses têm deixado o trabalho assalariado para viver da/na terra. Isso reforça o que estamos dizendo acerca da autonomia dos assentados, que procuram os projetos da AGRAER, da CPT ou até mesmo das empresas de celulose e papel, para conseguir produzir no assentamento. Dessa forma, mesmo com o pouco incentivo do Estado, eles têm buscado (re)existir através do trabalho assalariado e desses pequenos projetos que, de certa maneira, contribuem para a permanência das famílias na terra.

Referências Bibliográficas

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, A. et al (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**: volume 2. Presidente Prudente: Centelha, 2006. p.130-167.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos) – São Paulo: [s.n], 2009.

_____. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo. In. **Revista da ANPEGE**, V.7, N° 1, 2011. p. 307-329.

_____. Degradação e centralidade do trabalho (as contradições da relação capital x trabalho e o movimento territorial de classe). **Revista Pegada Eletrônica** (Online), v. 13, p. 4-19, 2012

_____. A Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema (SP): Estratégia de Classe do Latifúndio e do Capital Agroindustrial Canavieiro. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. V.2. ANTUNES, R. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2013.

